

23 de Agosto de 2024



**CRISE E CONFLITO: A ECONOMIA POLÍTICA
DA CONFLITUALIDADE EM MOÇAMBIQUE
NA PERSPECTIVA DOS ARRANJOS POLÍTICOS¹**

José Jaime Macuane

INTRODUÇÃO

O objectivo do presente texto é teorizar sobre as causas da conflitualidade em Moçambique, tendo como base o modelo económico e político adoptado após a guerra civil, no início da década de 1990. O argumento central é de que a crise dos arranjos políticos adoptados nessa década é uma das causas do aumento da conflitualidade.

O quadro de análise é de economia política, mais precisamente o pensamento sobre a ordem social e os arranjos políticos. Arranjos políticos são entendidos como *a combinação do poder e das instituições, compatível e sustentável sob o ponto de vista da viabilidade económica e política* (Khan, 2010, p.4). Segundo a abordagem dos arranjos políticos, sempre que um certo grupo na sociedade tiver uma distribuição de poder e recursos que percebe como sendo incompatível com o seu poder relativo na sociedade, há um alto potencial de conflito. Portanto, este grupo poderá despoletar conflitos, como forma de melhorar a sua posição relativa. Um elemento central nos arranjos políticos é a capacidade ou poder de sustentação (*holding power*), que se refere à capacidade de certos grupos de impor a sua vontade a outros, assim como de resistir a potenciais investidas de grupos adversários (Behuria, Buur e Gray, 2017; Khan, 2018). Os arranjos políticos têm três dimensões importantes: a vertical (as relações internas entre as elites dos nível central e local da mesma coalizão governante), a horizontal (as relações entre diferentes elites externas – governantes e não-governantes) e a económica (a forma de financiar esse arranjos políticos).

Os arranjos políticos envolvem acordos formais e informais entre elites e resultam em instituições de ambos os tipos.

Em Moçambique, os arranjos políticos existentes são essencialmente clientelistas, mais precisamente de clientelismo competitivo (Khan, 2010). Historicamente, Moçambique foi governado por um partido hegemónico e dominante, a Frelimo, que, com a contestação ao seu poder pela Renamo e a evidente incapacidade de sustentar o seu poder, teve de

¹ Este destaque rural resulta de uma apresentação feita na conferência anual do OMR de 2024 com o título Factores de conflitualidade em Moçambique.

ceder ao multipartidarismo, abrindo espaço para arranjos que integraram a Renamo. Durante grande parte do monopartidarismo e nos anos iniciais da democracia multipartidária, a coalizão dominante da Frelimo foi razoavelmente coesa, coesão fundamentada na ideia de unidade nacional e na suposta existência de um inimigo comum, que colocava em risco a sobrevivência do regime. Com a introdução do multipartidarismo, da economia de mercado, com a competição eleitoral, patronagem e clientelismo político que emergiram, surgiram também as divisões e competição interna dentro da coalizão governante, com uma crescente competição pela distribuição de recursos. Nesse contexto, emerge o clientelismo competitivo, reflectido no poder dos presidentes eleitos e nas suas redes clientelistas, cujo poder relativo muda de acordo com a alternância na liderança, com consequências na distribuição de recursos entre os grupos dentro da coalizão governante (Cortês, 2018).

A crescente competição Intra elite governante teve implicações na capacidade de sustentação de poder, uma vez que este deve fragmentar-se entre as competições faccionais dentro da elite governante e também na competição com actores externos, como a Renamo. Ao mesmo tempo, o modelo económico adoptado, com altos níveis de crescimento económico (particularmente até 2015), mas com baixa transformação estrutural da economia e distribuição de renda desigual e consequente fraca capacidade de combate à pobreza. A emergente economia extractiva tem baixa capacidade de distribuição de renda, por ter fracas ligações com a economia nacional e local. A isso alia-se as altas taxas de crescimento populacional, de perto de 3% ao ano, que constituem um desafio para o combate à pobreza e para maior acesso aos serviços públicos, em processo de deterioração de sua qualidade e acessibilidade.

Estes elementos configuram a crise dos arranjos políticos, com efeitos na conflitualidade.

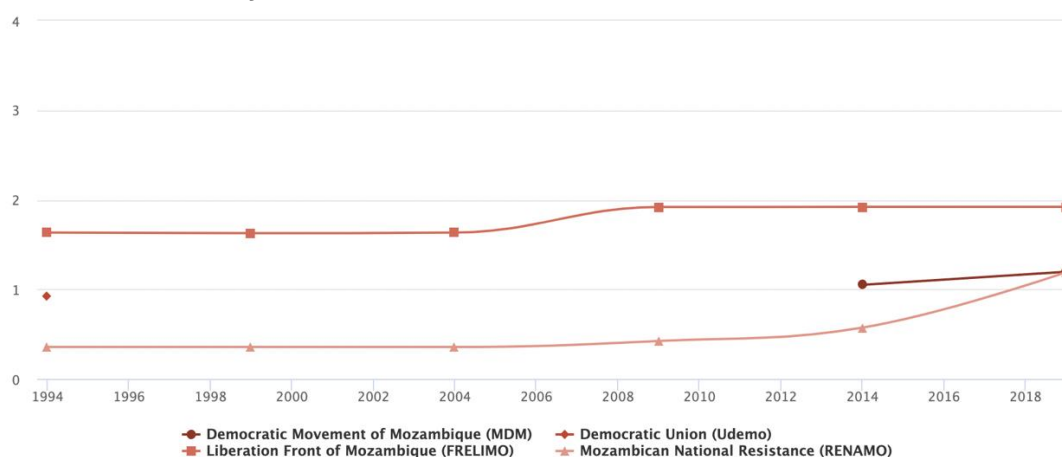
A CRISE DOS ARRANJOS POLÍTICOS E A CONFLITUALIDADE

A crise dos actuais arranjos políticos manifesta-se no aumento do nível de conflitualidade interna na coalizão governante e nos partidos políticos relevantes e no sistema como um todo. As causas estão na dissonância entre a distribuição de poder e o acesso aos recursos, devido à ineficiência das instituições e da base económica da ordem política vigente. Para compreensão dessa dinâmica de crise e conflito, o texto analisa as dimensões vertical, horizontal e económica dos arranjos políticos e a capacidade de sustentação de poder dos actores políticos relevantes.

NA DIMENSÃO VERTICAL

A competição e conflitos internos entre as lideranças centrais e as bases nos principais partidos políticos é um fenómeno crescente em Moçambique. Isto deve-se ao conflito entre as tendências centralizadoras das lideranças e as tentativas de oposição por parte das bases, que se verifica nos três principais partidos políticos do País.

Figura 1: Nível de Centralização dos partidos moçambicanos na indicação de candidatos às eleições, 1994-2018



Fonte: V-Dem

A Figura 1 acima, feita a partir da base de dados Variedades da Democracia (V-Dem) sobre os partidos, mostra o nível de concentração de poder na indicação de candidatos às eleições legislativas nacionais nos diferentes círculos eleitorais. A escala vai de 0 a 4, em que o maior número indica uma maior descentralização de poder e o menor número indica maior centralização. A figura mostra que o nível de descentralização registou um crescimento nos dois principais partidos comparativamente ao início dos anos 2000. Isso pode ser confirmado pelas tendências de resistência das bases ou lideranças intermédias ao controlo das lideranças centrais nos principais partidos do País.

Apesar das tendências de centralização interna do poder no Presidente e elites dos órgãos centrais do partido Frelimo, as bases deste partido têm mostrado um poder de contestação. Exemplos são as eleições intercalares de 2011, quando os edis de Pemba, Cuamba e Quelimane foram forçados a renunciar, e, nas eleições que seguiram, em que o candidato do Movimento Democrático de Moçambique (MDM) venceu as eleições no último município. Acresce o episódio da tentativa de permanência na Presidência da Frelimo por parte do Armando Guebuza em 2015, após a eleição de Filipe Nyusi, que foi rejeitada pelo Comité Central que elegeu este último para ocupar o supracitado cargo. Refira-se, ainda, que nas eleições para o candidato da Frelimo às eleições Presidenciais de 2024 (Maio de 2024), a primeira opção foi o candidato apoiado por Filipe Nyusi – o Secretário-Geral do partido Roque Silva - foi fortemente contestada pelo Comité Central, tendo sido eleito Daniel Chapo, com um apoio dos que se opunham à liderança do

partido. Há opiniões divergentes sobre quem efectivamente ganhou essa disputa entre Filipe Nyusi e seus oponentes no partido. Para alguns, a não-eleição do seu candidato foi uma derrota do presidente da Frelimo pelos seus adversários internos, enquanto, para outros, a eleição de Daniel Chapo, mas ainda na lista inicial proposta por Nyusi, enquadra-se num complexo jogo de xadrez em que a opção escolhida se enquadra nos interesses do actual Presidente. Em qualquer das duas opiniões, não se anula o facto de a liderança partidária ter sido contestada pelas bases e ter recorrido a estratégias para contornar essa oposição. Este facto mostra a fragilidade do poder das elites centrais em relação às bases. Estas dinâmicas também confirmam o padrão de conflito interno da Frelimo, apesar da centralização do poder pelas facções governantes dentro da coalizção governamental.

Do lado da oposição, o Movimento Democrático de Moçambique (MDM) enfrentou uma erosão da sua base de apoio eleitoral após o seu surgimento em 2009 e crescimento após as eleições intercalares de 2011 e autárquicas de 2013, em que conquistou quatro municípios, e as eleições gerais legislativas de 2014, em que o partido aumentou a sua base parlamentar. As tentativas de controlo do poder central do partido, sedeadas na Beira e lideradas pelo seu edil Daviz Simango, das lideranças que venceram as eleições autárquicas e a ascensão de Venâncio Mondlane, que teve uma votação expressiva na cidade de Maputo em 2013, embora tenha perdido, levaram a uma cisão interna que levou à ruptura destes últimos com a liderança central. Seguiu-se o declínio da base eleitoral do partido MDM reflectido num menor desempenho nas eleições autárquicas de 2018 e nas gerais de 2019. Na Renamo, desde a morte do líder deste partido Afonso Dhlakama em 2018, a liderança do seu sucessor, Ossufo Momade, tem sido contestada. Primeiro, foi pelo pequeno grupo militar liderado por Mariano Nhongo, que foi derrotado com a intervenção das forças de defesa e segurança e a morte daquele em Outubro de 2021. A contestação interna às elites centrais deste partido também se manifestou com as disputas entre as lideranças centrais e o antigo Presidente do Município de Nacala Porto, Raúl Novinte e o candidato derrotado às eleições autárquicas de Maputo em 2023, Venâncio Mondlane. Ambos perderam as eleições autárquicas de 2023 nos respectivos municípios e romperam com o partido. Venâncio Mondlane apresentou uma candidatura independente às eleições Presidenciais de 2024, apoiado por uma coligação de pequenos e eleitoralmente inexpressivos partidos, a Coligação Aliança Democrática (CAD), tendo-se colocado numa posição de desafio aos candidatos dos três principais partidos, com um considerável apoio do eleitorado, principalmente jovem, na sua pré-campanha.

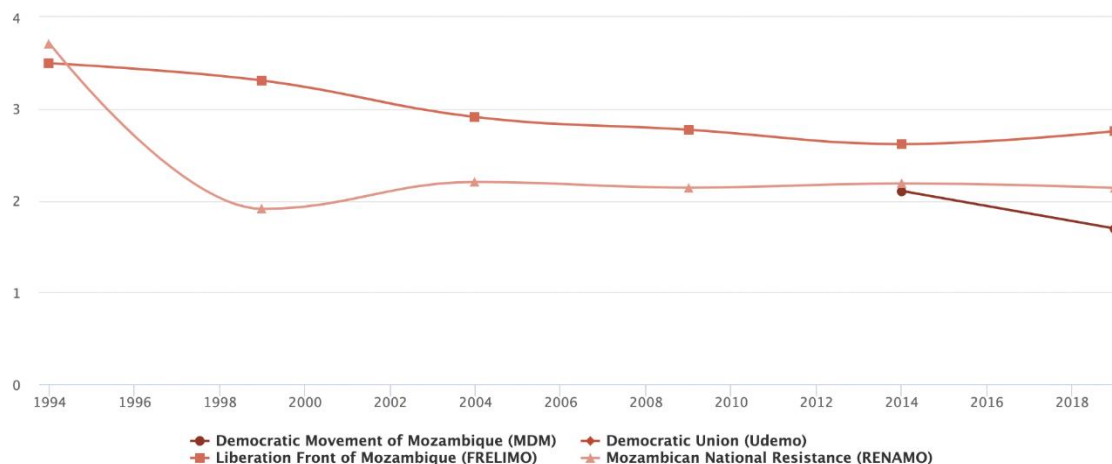
NA DIMENSÃO HORIZONTAL

As relações entre as elites centrais dentro da coalizção governamental e desta com outras elites e grupos externos conheceu um maior nível de conflitualidade. Diversos factores têm contribuído para esta tendência, como o crescimento da natureza clientelista da política em que o controlo do poder se tem reflectido na distribuição de

recursos entre os grupos e na constante mobilidade desse poder quando há alternância no poder (Cortês, 2018).

A coesão interna dos partidos está em declínio no caso da Frelimo e do MDM e, embora estável, está a níveis mais baixos de que em 1994 no caso da Renamo, como mostra a Figura 2 abaixo.

Figura 2: coesão interna dos partidos moçambicanos, 1994-2018



Fonte: V-Dem

Os dados do gráfico não cobrem os acontecimentos desde 2019, quando se regista um potencial de fragmentação interna ainda maior dos partidos. Um exemplo do reflexo da baixa coesão interna dos partidos é o das dívidas ocultas, em que o confronto directo entre Nyusi e Guebuza resultou em ataques directos aos membros da coalizão deste último envolvidos no processo e que foram condenados em Tribunal e estão detidos, enquanto outros implicados continuam soltos e sem punição. Um áudio do Ministro Celso Correia, aliado do presidente Nyusi, a falar com antiga secretária de Guebuza, que circulou nas redes sociais, denota a intenção de manipulação do processo e o poder detido pelo grupo governante para decidir quem deve ser punido, no caso os não-alinhados à liderança do dia, o que veio a concretizar-se com as sentenças em tribunal. A competição entre as facções dentro da coalizão governante exige da facção dominante uma necessidade de sustentar o seu poder. É nesse contexto que, além da centralização crescente das lideranças partidárias, há um maior controlo do poder. O reflexo disso tem sido na autocratização dos partidos, reflectida nos processos eleitorais internos, em que os resultados são fortemente influenciados pelas lideranças partidárias e na redução do espaço para o debate interno. Esse fenómeno manifesta-se em todos os partidos. A aprovação da legislação definindo a eleição dos cabeças de lista dos partidos para as posições de Governador provincial e Presidente do Conselho Autárquico e dando maior autonomia para os partidos decidirem sobre os seus substitutos, são um exemplo desse controlo das lideranças e, de certa forma, autocratização dos partidos. Portanto, o

aumento da competitividade intra coalizão estimula a autocratização do sistema político e dos partidos e é uma manifestação da crise dos arranjos políticos.

Os arranjos políticos também denotam fraqueza na acomodação da pressão de outros grupos, tanto fora da facção dominante da coalização governante, como do pacto bipartidário da Frelimo e da Renamo estabelecido após o fim da guerra civil. Com o crescimento económico não-inclusivo, o aumento das desigualdades sociais e a exclusão social, emergiram questões, sem resposta, por parte das instituições existentes. Exemplo disso são as manifestações populares (maioritariamente de jovens) contra o aumento do custo de vida de Fevereiro de 2008 e de Setembro de 2010 (de Brito *et al*, 2015), que foram reprimidas violentamente, mas também o regime passou a prestar cada vez mais atenção às questões sociais. Neste contexto, questões com potencial impacto no custo de vida – como os preços de pão e transportes – passaram a ter mais atenção por parte do Governo, chegando a ser alvo de regulamentação específica. O mesmo ocorreu com a protecção social (Castel-Branco, 2021). No entanto, as limitações decorrentes do modelo de crescimento económico, a incapacidade de sustentação de poder (por conta da dependência externa e dos modelos económicos impostos de fora) e a falta de uma abordagem programática do desenvolvimento (por conta da competição clientelística entre as elites) impediram a adopção de uma abordagem consistente e sustentável.

O sistema político, fruto dos arranjos políticos adoptados após a guerra civil, baseados no pacto bipartidário e posterior e marginal integração do MDM, funciona na base da exclusão. As instituições daí derivadas são essencialmente de partilha bipartidária de poder e funcionam como *gatekeepers/guardiões* para a entrada de novos actores. O exemplo mais claro é o das instituições de gestão eleitoral, a Comissão Nacional de Eleições, o Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE) e o Conselho Constitucional (CC), que funcionam como mecanismos de manutenção do poder da coalizão governante, mas também têm exercido a função de guardiões à entrada de novos actores políticos. Os elementos de crise e conflitualidade verificam-se quando actores políticos relevantes, com poder de sustentação, se vêem excluídos da distribuição de poder e, por isso, recorrem ao seu poder para buscar restaurar a distribuição de poder do pacto original. Este foi o caso da volta à guerra pela Renamo em 2013, depois da aprovação da revisão da legislação eleitoral unilateralmente pela Frelimo. A Renamo, ainda provida das suas forças militares, interveio para restaurar a distribuição de poder, tendo resultado no Acordo de Paz Definitiva, que incluiu o desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR) e a revisão da Constituição para a criação do actual figurino de descentralização que tinha com o objectivo primordial de distribuição de poder na lógica do pacto bipartidário. Nos casos em que novos actores políticos são excluídos, por conta do pacto bipartidário, o poder de sustentação dos grupos excluídos é que vai influenciar o grau de conflitualidade. Por exemplo, quando o MDM foi excluído de participar em 11 dos 13 círculos eleitorais nas eleições gerais de 2009, a falta de poder de sustentação deste não levou a aumento de conflitualidade. Os mesmos padrões de exclusão e de funcionamento das instituições eleitorais, como guardiões da distribuição do poder do pacto bipartidário, verifica-se na exclusão do CAD às eleições legislativas

de 2024 pela CNE, posteriormente confirmada pelo Conselho Constitucional, com base em fundamentos legais questionáveis (OAM, 2024).

ENFRAQUECIMENTO DO PODER DE SUSTENTAÇÃO

De forma transversal, há uma deterioração do poder de sustentação das elites, que se verifica na relativa incapacidade em se opor a outros actores contestatários, tanto dentro da mesma coalizão, como entre coalizões diferentes, o que acaba enfraquecendo internamente as coalizões. Neste contexto, os pactos de elites feitos como parte dos arranjos políticos perdem a sua eficácia. A respeito disso, pode-se ver a exclusão do CAD nas eleições legislativas de 2024, a aprovação pela Assembleia da República da revisão da lei eleitoral, que retira a competência para decidir recontagem de votos aos tribunais judiciais e concentra-a no Conselho Constitucional (CC), num pacto entre a Frelimo e a Renamo. O CC é controlado pelos principais partidos e, juntamente com a CNE, tem funcionado como guardião contra a entrada de novos partidos e actores políticos na competição e partilha de poder. De referir que estes órgãos tiveram a mesma postura em 2009, aquando do surgimento do MDM, o que revela uma tendência de consensualidade entre os dois partidos na supressão de novos competidores políticos.

O enfraquecimento do poder de sustentação da elite governante também se reflecte na fraqueza do Estado, tendo como exemplo a dificuldade de resolver o problema da violência em Cabo Delgado e, mesmo, de encontrar uma solução sustentável para os problemas de segurança que o País enfrenta. O recurso ao Ruanda, para auxiliar na pacificação de Cabo Delgado sem consulta ao Parlamento e, mesmo, sem discussões inclusivas dentro do partido Frelimo, é um reflexo da competição intra coalizão governamental, que incentivou a concentração de poder de decisão no Presidente, mesmo em violação à lei, no que concerne à necessidade de intervenção do poder legislativo neste tipo de decisão. Esta forma de exercício do poder presidencial também contribui para o enfraquecimento das instituições democráticas de prestação de contas.

NA DIMENSÃO ECONÓMICA

Nos últimos 30 anos, diferentes fontes de recursos constituíram a base para o financiamento dos arranjos políticos. O Moçambique pós-guerra civil registou altas taxas de crescimento económico, mas a pobreza e as desigualdades ainda são altas. O país também se tornou num dependente de ajuda externa e, assim, as suas elites governantes sujeitaram-se à responsabilização pelos doadores (Hodges e Tibana, 2005). A ascensão ao poder de Guebuza, com uma abordagem mais nacionalista, estimulou a implementação de reformas na administração tributária que resultaram numa maior eficiência na arrecadação de receitas internas e redução da dependência externa, potencialmente dando maior autonomia de decisão às elites nacionais (Macuane, Buur e Salimo, 2022). A descoberta de grandes reservas de minerais e gás nos anos 2000, criou

as bases para a mudança de uma economia de ajuda externa para uma baseada em recursos naturais (Macuane, Buur e Monjane, 2018; Macuane, Buur e Salimo, 2024). A Estratégia Nacional de Desenvolvimento (primeiro 2015-2025 e, posteriormente, 2025-2044) considera as receitas de recursos naturais como a fonte de financiamento para a transformação económica (República de Moçambique, 2024). Deste modo, abriram-se novas fontes de acumulação para as elites, estimuladas pela perspectivas de receitas consideráveis dos recursos minerais, sobretudo do gás.

A distribuição de oportunidades de acumulação económica das elites faz-se com base em redes clientelísticas, tendo com elemento central as lideranças políticas do país e, sobretudo, os líderes das facções governantes. Assim, presidentes e ex-presidentes e suas famílias lideram redes clientelistas, cujo poder de mobilizar recursos e distribuir depende intrinsecamente da sua capacidade de sustentação de poder (Macuane, Buur e Monjane, 2018; Cortês, 2018).

Neste contexto, as oportunidades criadas pela emergentes economias de recursos também estão ligadas a essas lógicas de acumulação, fundadas na aliança entre elites nacionais e investidores externos. Basicamente, em relação ao modelo anterior baseado na ajuda externa, pouco mudou no que concerne à aliança entre os tipos de actores. Apenas se substituiu (ou melhor se adicionou) os doadores pelos investidores externos.

No entanto, dois elementos ocorreram que geraram uma crise nesse modelo de financiamento da ordem política vigente. O primeiro, foi a crise da ajuda ao desenvolvimento e a redução da ajuda externa já na década de 2010. Nesta década, intensificou -se a exploração de recursos naturais, principalmente areais pesadas e carvão, mas cujo impacto, em termos de transformação económica, é fraco, devido às fracas ligações com a economia nacional e local. Uma das consequências disso é a erosão da coesão social, decorrente da reprodução da desigualdade no acesso aos benefícios entre os diferentes grupos e o limitado acesso àqueles pelas populações afectadas por essa exploração. Tal é mostrado nos estudos do Barómetro de Coesão Social realizados no norte do País, em que as pessoas que menos são confiadas são os deslocados, estrangeiros e os "vientes", estes últimos, pessoas originárias de outras partes do país conotadas com o "roubo" de oportunidades para os locais (IESE, 2023). Esta situação alimenta a percepção de que as oportunidades económicas acabam indo para as pessoas do sul, em detrimento do resto do País, em particular onde ocorre a extracção dos recursos naturais. Este sentimento de exclusão está entre as justificações apresentadas para a insurgência islâmica em Cabo Delgado (Chichava, 2023, Feijó e Orre, 2024).

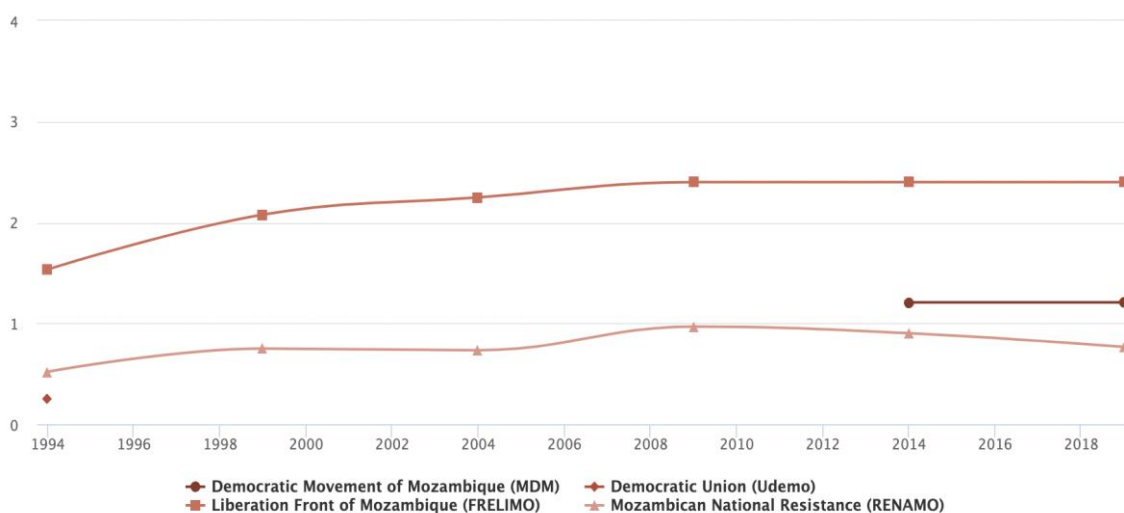
A busca e apropriação das fontes de acumulação não se restringem aos recursos e rendas disponíveis no presente. Têm também uma temporalidade, gerando efeitos no presente, mesmo que as rendas estejam apenas disponíveis no futuro, resultando naquilo que se chama de pré-maldição de recursos, resultante da política de antecipação (Frynas e Buur, 2020). A expectativa de fabulosas receitas do gás, num contexto de busca constante de fonte de acumulação, estimulou as elites a antecipar o usufruto das receitas futuras no

presente (Frynas e Buur, 2020). É neste contexto, que o governo de Guebuza contraiu uma dívida de mais de US\$ 2 mil milhões com bancos estrangeiros, supostamente para o financiamento de um projecto de segurança integrada que, entre os seus objectivos, incluía a protecção dos projectos de gás da bacia do Rovuma. A dívida foi contraída sem a aprovação do Parlamento, na expectativa do seu pagamento com as futuras receitas do gás. As dívidas ocultas, como são conhecidas, reflectem a necessidade de busca de fontes de acumulação por parte das elites para acumulação e alimentação das suas redes clientelistas. Essa busca de rendas não se circunscreve apenas ao momento em que ocorre, pois tem implicações futuras. Assim, as dívidas ocultas comprometeram e condicionam o fluxo futuro de rendas e a implementação da estratégia de desenvolvimento. Por conseguinte, também têm potencial de limitar a base económica para o financiamento da ordem política, podendo, em si, gerar mais competição e conflito por escassos recursos.

A mobilização das forças armadas do Ruanda para apoiar no combate à insurgência e proteger os projectos de gás e de outras indústrias extractivas em Cabo Delgado, cujas contrapartes o público desconhece, mas são evidentes os ganhos económicos que as empresas deste país vão tendo; estas contrapartidas também se enquadram nessa antecipação de rendas futuras (Macuane, Buur e Salimo, 2024).

Essa busca desenfreada e competitiva por rendas ou fontes de acumulação, é sintomática da crise do modelo de financiamento dos arranjos políticos, em que a distribuição de recursos pelas redes clientelistas se torna cada vez mais difícil, dado o limitado leque de recursos existentes.

Figura 3: Clientelismo nos principais partidos em Moçambique, 1994-2018



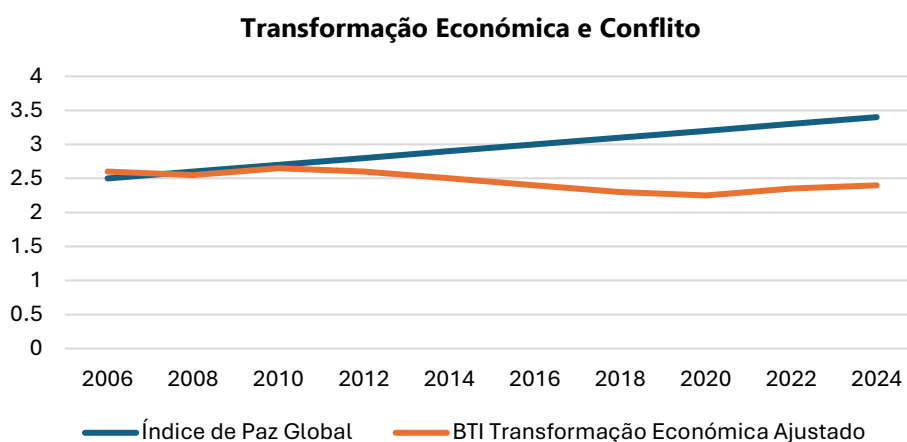
Fonte: V-Dem

Os dados da Figura 3 acima mostram a tendência dos principais partidos distribuírem benefícios pelas suas clientelas. No caso da Frelimo, a tendência é estável nos últimos 10 anos. No relativamente curto tempo de existência do MDM também se verifica a

tendência de estabilidade. Já na Renamo a tendência é de declínio na última década do intervalo analisado. A estabilidade da capacidade de distribuição de recursos pode ser crítica para a Frelimo, considerando que este partido alega ter cerca de 4 milhões de membros, cerca de um milhão a mais que há uma década. O fraco crescimento da capacidade de distribuir benefícios clientelistas pode ser pela limitação de recursos ou pela sua centralização e distribuição em parte dos grupos da coalizão governamental. De qualquer modo, isso sugere que a distribuição de benefícios está limitada, o que é um elemento consonante com a ideia de que a base económica dos arranjos políticos está também em crise.

O modelo económico adoptado não gera transformação económica positiva (diversificação da economia, desenvolvimento sustentável e inclusivo), o que pode estimular conflitos sobre recursos cada vez mais escassos, como sugerido acima. Uma demonstração do potencial efeito é a correlação existente entre a baixa transformação económica e a propensão ao conflito, medida pelos índices de Transformação Económica da Bertelsmann Foundation (BTI)² e o Índice de Paz Global, apresentados na figura abaixo. O BTI foi ajustado de uma escala de 1 a 10 (de menos a mais transformação económica) para 1 a 5 para ser melhor comparável ao índice de paz global que vai de 1 a 5 (quanto maior o valor, menos pacífico é o país)³.

Figura 4: Transformação Económica e conflito em Moçambique, 2006-2024



Fonte: BTI e Global Peace Index

Os dados da Figura 4 mostram uma relação forte entre a declinante transformação económica e o aumento da propensão ao conflito, o que é consistente com as

² O índice de transformação económica de BTI inclui indicadores como nível de desenvolvimento socioeconómico, organização do mercado e competição, estabilidade da moeda e preços, propriedade privada, regime de bem-estar social, desempenho económico e sustentabilidade (<https://bti-project.org/en/?&d=E&cb=00000>).

³ O GPI (Global Peace Index) é um índice composto que inclui conflitos internos e externos em curso, segurança societal e militarização (<https://www.visionofhumanity.org/maps/#/>)

considerações sobre a inadequação do modelo económico para financiar os arranjos políticos existentes.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Os arranjos políticos actuais estão em crise nas suas diferentes dimensões que se reflectem num aumento de conflitualidade presente e potencial de ocorrência no futuro. A baixa capacidade de transformação económica, aliada à deterioração da democracia, tanto no sistema como um todo, como nos partidos, pode ser apontada como razoavelmente relacionada com o aumento da conflitualidade. Há uma reconfiguração de poder na sociedade que se reflecte na crescente competição interna nos partidos e nos sistemas políticos, como um todo, que não encontra acomodação nos arranjos políticos e respectivas instituições actualmente existentes. Essa tensão entre os grupos sociais que reivindicam poder e incapacidade de acomodação dos arranjos actuais é uma das causas para o emergir de conflitos, sejam através das manifestações sociais pela melhoria das condições de vida, assim como sobre o conflito em Cabo Delgado, em que os elementos de inclusão são indicados como parte das causas do extremismo violento. A dissonância entre o poder percebido de novos e velhos actores e a desigual distribuição de poder e recursos na sociedade, colocam-se como entre as principais causas de conflitualidade em Moçambique. A origem desta crise é a inadequação dos arranjos actualmente existentes de distribuir poder e recursos entre os diferentes grupos sociais que reclamam relevância na ordem política, aliada à limitada base económica para o efeito. As estratégias adoptadas pelas elites na busca de recursos para distribuição nos seus grupos e redes clientelísticas são conflituosas e têm potencial de transferir conflitos presentes para o futuro, resultantes da limitação do fluxo futuro de recursos, devido à antecipação do seu usufruto no presente. Diante da forte competição entre as elites, a incapacidade da base económica de distribuir recursos entre as elites e na sociedade, a capacidade de sustentação de poder das elites e do Estado também se reduz, limitando, assim, a capacidade da ordem política de gerir conflitos, abrindo espaço para a sua reprodução. Portanto, o aumento da conflitualidade é manifestação da crise dos arranjos políticos.

Para a saída da crise, algumas recomendações:

- A necessidade de refazer o pacto entre as elites em que se baseia a ordem política moçambicana, acomodando actores que não estão contemplados nos actuais arranjos políticos. Estes arranjos devem estar reflectidos em instituições que permitem acomodar, de forma sistémica e contínua, novos actores que vão emergindo na sociedade e as respectivas necessidades. Entre esses actores, estão os jovens, cujas demandas não são acomodadas pelo crescimento económico e suas vozes não são ouvidas e incorporadas nas agendas dos partidos políticos existentes.
- A materialização desses novos arranjos inclusivos será feita pela via de reformas institucionais que possam eliminar a existência de guardiões da entrada de novos

- actores políticos, implicando a despartidarização dos órgãos de gestão eleitoral – a CNE, STAE e o Conselho Constitucional;
- Uma agenda de democratização interna dos partidos e do sistema de representatividade que permita uma melhor representação dos diferentes interesses legítimos dentro dos partidos e no sistema político como um todo.
 - Um crescimento económico endógeno e inclusivo, que possa reduzir as crescentes desigualdades sociais e permitir uma melhor (re)distribuição dos recursos e dos ganhos do crescimento económicos, através de políticas económicas, fiscais e sociais apropriadas.
 - Reforço das instituições de governo para uma maior efectividade na implementação de políticas públicas e garantia dos direitos dos cidadãos.

REFERÊNCIAS

- BEHURIA, P., Buur, L., and Gray, H. (2017). Research note: Studying political settlements in Africa. *African Affairs*, 116(464), 508–525. <https://doi.org/10.1093/afraf/adx019>
- CASTEL-BRANCO, R. K. (2021). *A radical politics of distribution? Work, welfare and public works programmes in rural Mozambique*. Tese de Doutoramento. Johannesburg, Universidade de Witwatersrand.
- CHICHAVA, S. (2023). Muamudo Saha and the 'Holy' War Against 'The Pigs': The initial stage of the insurgency in Cabo Delgado. *Ideias, Boletim*, 152E. Acedido em <https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2023/05/Ideias-152E-SC.pdf>
- CORTÊS, E. R. O. (2018). Velhos amigos, novos adversários: As disputas, alianças e reconfigurações empresariais na elite política moçambicana. Universidade de Lisboa ICS. Acedido em https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/32314/1/ulsd731441_td_Edson_Cortes.pdf
- de Brito, L.; Chaimite, E.; Pereira, C.; Posse, L.; Sambo, M. e Shankland, A. (2015). Revoltas da fome: protestos populares em Moçambique (2008–2012). *Cadernos IESEN* nº 14P/2015. Acedido em https://www.iese.ac.mz/lib/publication/cad_iese/IESE_Cad14.pdf
- FEIJÓ, J., and Orre, A. (2024). Domination, collaboration and conflict in Cabo Delgado's history of extractivism. *Kronos*, 50(1), 1-29. <https://dx.doi.org/10.17159/2309-9585/2024/v50a1>
- FRYNAS, G., and Buur, L. (2020). The presource curse in Africa: Economic and political effects of anticipating natural resource revenues. *The Extractive Industries and Society*, 7(4), 1257-1270. <https://doi.org/10.1016/j.exis.2020.05.014>
- HODGES, T., and Tibana, R. (2005). *A economia política do orçamento em Moçambique*. Maputo: Principia Moçambique.
- IESE (2023). Barómetro de Coesão Social 2022 (Distritos de Cuamba, Chimbunila, Chiure e Montepuez). Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos.

KHAN, M. H. (2010). Political settlements and the governance of growth-enhancing institutions. Acedido em

https://eprints.soas.ac.uk/9968/1/Political_Settlements_internet.pdf

KHAN, M. H. (2018). Political settlements and the analysis of institutions. *African Affairs*, 117(469), 636–655. <https://doi.org/10.1093/afraf/adx044>

MACUANE, J. J., Buur, L., and Salimo, P. (2024). Conflict and natural resources: protracted crisis, conflict and rent-seeking in Mozambique. Paper em processo de publicação.

MACUANE, J. J., Buur, L., and Salimo, P. (2022). Institutional reform and pockets of effectiveness in the Mozambique gas sector. *SECO Working Paper*, 2022(2). Acedido em https://typo3.ruc.dk/fileadmin/assets/forskning/forskningscentre/SECO/SECO_working_paper_2022-2.pdf

MACUANE, J. J., Buur, L., and Monjane, C. (2018). Power, conflict, and natural resources: The Mozambican crisis revisited. *African Affairs*, 117(468), 415–438. <https://doi.org/10.1093/afraf/adx029>

OAM (2024). Reflexão da OAM sobre o Acórdão N.º 10/CC/2024, de 31 de julho, atinente às deliberações n.ºs 59/CNE/2024, de 9 de maio e 82/CNE/2024, de 17 de julho.

República de Moçambique. (2024). *Estratégia Nacional de Desenvolvimento 2025-2044*. Maputo: República de Moçambique.